



-----ATA N.º 6/2020-----

**5ª SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
FERREIRA DO ZÊZERE AOS DEZOITO  
DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS  
MIL E VINTE** -----

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, na Vila de Ferreira do Zêzere, Edifício dos Paços do Concelho, face à convocatória para o efeito oportunamente remetida nos termos regimentais, reuniu este Órgão, sob a presidência de Luís Ribeiro Pereira, tendo como 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, Fábio Miguel Ferreira dos Santos e Isabel do Rosário Baptista, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

- 1.- Apresentação de expediente, nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
- 2.- Apreciação e votação da ata da 4ª Sessão Ordinária realizada em 25 de setembro de 2020. -----
- 3.- Apreciação e votação da ata da 1ª Sessão Extraordinária realizada em 13 de outubro de 2020. -----
- 4.- Assuntos gerais de interesse autárquico, ao abrigo do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

- 1.- Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

1.- Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e situação financeira do município, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

2.- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a transferência de capital em 2021, no valor máximo de 74.682,49€ + IVA, para no âmbito da Requalificação e alteração do edifício sede da Junta de Freguesia e do espaço envolvente, apresentado pela União de Freguesia de Areias e Pias, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

3.- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal atinente aos estudos de sinalização/toponímia abaixo mencionados, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: -----

a) Colocação de sinal de trânsito, no adro da Igreja de Paio Mendes, a indicar "Casa Mortuária", sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto; -----

b) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Manuel Alves, no lugar de Rio Cimeiro, sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto; -----

c) Colocação de sinal de trânsito, na Rua da Floresta, lugar de Lameirancha - Paio Mendes, sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto; -----

d) Colocação de sinal de trânsito, no lugar de Relvas - Paio Mendes, a indicar "Outeiro da Frazoeira", sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto; -----

e) Colocação de sinal de trânsito, no lugar de Chãos, a indicar "Casal de Santa Iria" e "Cabeças", sito na freguesia de Chãos; -----

19	167
Livro	Folhas

- f) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Otávio Nunes Godinho (nas traseiras do prédio), lugar de Ferreira do Zêzere, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; -----
- g) Colocação de sinal de trânsito, na Rua D. Nuno Rodrigues, em frente à Igreja Matriz de Ferreira do Zêzere, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; -----
- h) Colocação de sinais de trânsito, no Carril (indicando Areias e Vale das Carreira), em Dornes (indicando Bêco, Frazoeira e Carril) e em Cruz da Frazoeira (indicando Dornes, Paio Mendes e Via-Sacra), sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto; ---
- i) Mudança de placa indicativa, colocada na Visconde de Tinalhas, frente à Capela da Frazoeira para Cruzamento da Frazoeira na Rua Eduardo Mota, sito na Freguesia de Nossa Senhora do Pranto; -----
- j) Colocação de sinal de trânsito, na Rua do Curralinho n.º 41, no lugar de Ribeira, sito na Freguesia de Ferreira do Zêzere; -----
- k) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Dr.º Jorge Vasconcelos Godinho Cabral e Rua Principal de Areias, em Areias sito na União de Freguesias de Areias e Pias; ----
- l) Colocação de sinal de trânsito, na Travessa dos Sobreiros, no lugar de Pombeira, sito na Freguesia de Ferreira do Zêzere. -----
- 4.- Apreciação e votação da proposta de minuta do contrato de gestão delegada entre a Câmara Municipal e a RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, S.A., para celebração de contratos de concessão e fixação das respetivas condições gerais, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea p) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----
- 5.- Apreciação e votação da proposta de minuta do Acordo CIM/Municípios da delegação de competências para o financiamento dos serviços de transporte público essenciais no período escolar de setembro a dezembro de 2020. -----

- 6.- Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021, conforme alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
- 7.- Apreciação e votação do Mapa de Pessoal e respetiva caracterização dos postos de trabalho e competências para o ano de 2021, conforme alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
- 8.- Apreciação e votação da proposta de redução das Taxas para construção de novas moradias unifamiliares e reconstrução/reabilitação de moradias unifamiliares relativo à Tabela de Taxas Municipais 2021, nos termos do n.º 2, do art.º 16 da Lei n.º 73/2013, de 03/09, na sua atual redação e da alínea b), n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação. -----
- 9.- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal da prescrição do direito ao recebimento do preço pelos serviços prestados relativos a fornecimento de água, recolha e tratamento de águas residuais e serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos, de acordo com as listagens apresentadas, uma vez que o prazo de prescrição é de 6 meses, nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea c) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. --
- 10.- Apreciação e votação sob proposta da Câmara Municipal relativa à taxa reduzida da Derrama 0.1% no ano de 2021, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea c), in fine, do n.º 1 e alínea d) do n.º 1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 1, do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação. -----
- 11.- Compromissos Plurianuais: -----
- 11a) Apreciação dos compromissos plurianuais (quadro 1) efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 3 de novembro de 2017, conforme n.º 1 do art.º 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

19	168
Livro	Folhas

11b) Apreciação e votação do pedido de autorização prévia para a Empreitada de Requalificação do Espaço Público em Ferreira do Zêzere - 2ª Fase - Lote 1 e Lote 2 (quadro em anexo), conforme n.º 1 do art.º 6 da lei 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

12.- Apreciação dos apoios/auxílios (financeiros e não financeiros) concedidos às freguesias, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 6 da proposta de concessão de apoio às freguesias aprovada pela Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 27 de abril de 2018. -----

**Presenças:** distribuída a folha de Presenças aos membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de vinte e dois dos seus membros, tendo-se registado a ausência do Deputado Municipal José Manuel Gomes Duarte que foi substituído pela cidadã Sandra Filipe Freitas Henriques. -----

**A Câmara Municipal** fez-se representar pelo Presidente Dr. Jacinto Manuel Lopes Cristas Flores, e pelos Vereadores Paulo Jorge Alcobia das Neves, Hélio Duarte da Silva Ferreira Antunes, Bruno José da Graça Gomes e Orlando da Silva Patrício. -----

**Abertura da Sessão:** Eram vinte e um horas, e três minutos quando, verificada a existência de “quórum”, o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, declarou aberta a sessão da Assembleia Municipal, cumprimentando todos os membros presentes da câmara municipal, assembleia municipal, comunicação social e público em geral. -----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

**1.- Apresentação de expediente, nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

Tomaram conhecimento. -----

**2.- Apreciação e votação da ata da 4ª Sessão Ordinária realizada em 25 de setembro de 2020.** -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação a ata foi aprovada por unanimidade. -----

**3.- Apreciação e votação da ata da 1ª Sessão Extraordinária realizada em 13 de outubro de 2020.** -----

Colocada à votação a ata foi aprovada por maioria, com vinte votos a favor, sendo nove do PPD/PSD, oito do PS, dois do CDS PP.NC: Nós Ferreirenses e um do +FZZ, zero votos contra e duas abstenções, sendo uma do PPD/PSD e uma do PS. --

**4.- Assuntos gerais de interesse autárquico, ao abrigo do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

A eleita local Elisabete Pereira no uso da palavra solicitou esclarecimento sobre dois assuntos que foram discutidos em Reunião de Câmara. O primeiro relacionado com a criação de um gabinete de apoio à vítima de violência doméstica, que segundo percebeu, estará a ser criado conjuntamente com a CIMT e com vários Municípios, e gostaria de saber se está a ser criado ou já está criado em Ferreira do Zêzere esse gabinete, e se ele vai ter, ou tem alguma influência no Mapa de Pessoal que está programado para 2021. O segundo esclarecimento, e de um assunto que já foi falado na Assembleia e que preocupa a todos, e tem a ver com os recursos humanos da GNR. Sabe que a Câmara Municipal tinha aprovado o envio de uma comunicação ao Sr. º Ministro da Administração Interna, pelo que gostaria de saber se houve algum desenvolvimento dessa situação: -----

O eleito local Sérgio Morgado, Presidente da Junta de Freguesia de Águas Belas interveio para solicitar esclarecimento ao Presidente da Câmara Municipal, sobre o saneamento básico na sua freguesia, no seguimento da reunião de quatro de

19	169
Livro	Folhas

dezembro, tida com o Eng.º Paulo Neves. Deixou o seu agradecimento pois foi o primeiro passo para fazer uma obra muito grande na sua freguesia e no concelho. Há muito tempo que aguarda pelo saneamento básico na sua freguesia, no entanto achou estranho só há quinze dias ser conhecedor daquele projeto. Sabe que é um projeto que não está a envolver a Câmara Municipal, foi conhecedor do projeto porque o Eng.º Paulo Neves lhe facultou esse projeto. Reuniram-se, no passado sábado com as pessoas onde irão passar as condutas do saneamento e, já foi questionado por alguns águabelenses porque é que só irá passar nuns sítios e não passam nos outros. Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se era conhecedor se aquele projeto vai ser alargado ou se será, para já, só aquele projeto que está em esboço. Porque está a causar alguma indignação a algumas pessoas e querendo tranquilizá-los. Naquele momento estava a causar alguma indignação em alguns conterrâneos e queria tranquilizá-los. Compreende que tem de se começar por algum lado, mas queria tranquilizar os fregueses que o estão a acusar de que sabia do projeto, quando só sabe do projeto há quinze dias. Queria saber se existe alguma novidade para um segundo processo, para poder tranquilizar os outros fregueses, porque nesta altura já existe algum burburinho, e acha que não é bom para ninguém. Agradecendo desde logo, pois é um projeto que à muito anseia por ele, e é um princípio, mas queria saber o que se desenvolverá para o futuro para poder tranquilizar as mentes. -----

O eleito local Paulo Rodrigues solicitou o uso da palavra para falar de algo que, verificou por parte da Câmara que já está identificado, e que é a questão do sobreiro em Paio Mendes em frente ao café “O Sobreiro”, em que há um sobreiro que está praticamente em cima da estrada, e a Câmara já colocou uns pin’s para delimitar e para cortar uma parte da estrada. Tendo em conta que será uma das estradas principais para aceder a Dornes. O sobreiro está mesmo em cima do café e

restaurante que engloba muitas pessoas, em cima de uma estrada, para além de delimitar uma das principais entradas para aceder a Dornes, que é um dos ex-libris do concelho, o que põe em causa pessoas e bens, tendo em conta que se por algum motivo o sobreiro cair ou se arrancar, poderá acontecer alguma tragédia como aconteceu no Funchal há alguns anos. Não diz que o sobreiro esteja podre, aparentemente não parece, mas também que não é especialista nesse sentido. Outra questão, e que sabe que é importante e que gostaria de alertar, e não sabe se poderá ser só a Câmara a dar aquele apoio, mas se calhar também poderá dar algum, que é, junto de algumas estradas municipais, e quando os empresários madeireiros cortam lenha e por sua vez, e fazem a estilha, a estilha muitas das vezes é feita nas bermas das estradas, em que uma das partes vai quase para cima das estradas e a estilha não é retirada com a rapidez que seria desejável, pelo menos para os transeuntes da estrada, e acontece depois quando chove como aconteceu nos últimos dias, a estilha, com a força da água é arrastada para o alcatrão e poderá colocar em causa a circulação das pessoas. Pretendia saber qual a posição da Câmara em ter algum tipo de intervenção naquele sentido. -----

A eleita local Fernanda Moura no uso da palavra falou um pouco sobre aquilo que incomoda todos hoje em dia. Este ano com todo o espírito de contingência provocado pela Covid-19, a Câmara Municipal não pensou um pouco em dinamizar a economia, não pensou ter uma palavra de alento para com os Ferreirenses. Não sabe se não se lembrou disso ou se não se dispôs a fazê-lo, mas de facto todos precisam de um pouco de alento, e a Câmara também está lá para isso. Pensa que uma comunicação nos devidos sítios, e não no Facebook, seria de facto muito agradável para todos, nem que seja só uma palavra de alento. -----



O eleito local Carlos Salgado iniciou a sua intervenção referindo que levava ali dois problemas, sobre o mesmo assunto, que já foram referenciados nas últimas Assembleias. Primeiro perguntou ao Presidente da Câmara Municipal, que falou consigo sobre as obras do cemitério de Ferreira, que havia dinheiro, mas que não havia técnicos. Já lá vai um ano e pela papelada que lhe chegou, não via qualquer solução para o problema. Outro era o problema dos funerais, nomeadamente em Ferreira do Zêzere, que viu na comunicação social, que uma senhora residente no Portomar, mas que não estava recenseada em Ferreira do Zêzere, e teve que ser transferida, teve que ser sepultada no cemitério de Águas Belas. Queria uma resposta sobre essa situação e consoante a resposta faria outro comentário. -----

O Presidente da Câmara Municipal, em resposta às questões colocadas começou por responder à eleita local Elisabete Pereira, em relação à criação do gabinete de apoio à vítima, o “Espaço M” referiu que é um processo que está em criação, que tem sido acompanhado mais perto pelo Vereador Hélio, dizendo que a única intervenção que teve foi, e para si de forma errada, foi a de assinar o protocolo. Quem o devia ter assinado era o Vereador Hélio poi foi ele que tratou de tudo. Mas fizeram questão que fossem os Presidentes da Camara a assinar com a Sr.ª Secretária de Estado. Está em criação, não está ainda em funcionamento, a Câmara está a trabalhar nisso. Tem um conjunto muito vasto de exigências, desde ter portas de saída de emergência, ter espaços para ter as crianças, haver um espaço para no caso de haver conflitos, as pessoas estarem separadas. Exige um conjunto de coisas que só vai ser possível, criar essas condições todas, quando a Junta de Freguesia sair do espaço onde está, e está em fase de transição. Depois a Camara irá reformular os serviços, e aquele espaço onde está a contabilidade, ou onde está a tesouraria, estão a ver entre os dois, qual dos espaços melhor se coaduna com as exigências que têm. Não querendo

dizer, que em caso de haver necessidade não haja outro espaço, e não se vá trabalhando para se conseguir resolver os problemas. Até à data sempre se foi trabalhando sem haver espaço físico, formalmente, e a Câmara tem estado sempre atenta a essa temática da violência, particularmente, mais contra as mulheres do que contra os homens, embora seja transversal mas os homens são uma pequena minoria, muitas vezes quanto mais não seja, por vergonha, e se calhar até há mais do que se pensa. Mas, se as senhoras têm vergonha às vezes de assumir que são maltratadas, os homens, como facilmente se percebe, ainda terão muito mais vergonha, e só em situações limite é que eles assumem que tem problemas. Em relação ao pessoal, para já, não está previsto aumentar o quadro, vão fazer com a prata da casa e lá mais para a frente, se for necessário, terão que contratar. Pessoalmente não é muito fã daquelas soluções, porque inicialmente há sempre um reбуçado para a Câmara contratar, mas lembra-se da Psicóloga da CPCJ, que eles pagavam uma parte, lembra-se também do Engenheiro do Gabinete do Florestal, que eles pagavam uma parte, e depois mais tarde, quando dão por ela, tem a Câmara tudo em cima das costas. Isto vai ser a mesma coisa, haverá se calhar um financiamento para um Técnico, para isto e para aquilo, mas passado um tempo esquecem-se e é mais um serviço que se criou, mas vão tendo o quadro da Câmara cada vez com mais pessoas e o dinheiro desaparece de forma muito fácil. Em relação à GNR, a Câmara fez um ofício, sendo que já receberam a resposta, na semana passada, e está para Reunião de Câmara para conhecimento do executivo. Na resposta dizem que vão entrar mais dois militares, que vão ficar com dezanove elementos no posto, quando no total são vinte e um, e já lhe disseram que o posto já teve vinte e um. Nunca veem lá vinte e um porque em vinte e um, em estatística, pelo menos dois e tal estão de férias, depois há mais um ou dois que está doente, e depois como é por turnos, estão em casa. Desses vinte e

19	171
Livro	Folhas

um, se tiverem lá doze ou treze já é muito bom. Nunca está a totalidade das pessoas e já lhe disseram porquê pois já colocou essa questão uma vez pois nunca lá viu vinte e uma pessoas. E o que lhe explicaram foi isto. O que disseram é que dos vinte e um vão ficar com dezanove, esperando que assim seja, pois tem tido conhecimento que se estão a trabalhar a vapores. Houve um dia em que estava um GNR a atender o telefone. Para si não é estranho, já andou a “substituir GNR” em fogos, porque não havia GNR’s para cortar o trânsito, e ainda ia levando na cara pois mandou parar um senhor, que lhe perguntou que autoridade tinha o Presidente de Câmara para o mandar parar. Se estava a mandar parar era para bem dele e não para chatear. Também sabe que está a haver grande dificuldade para recrutar GNR’s e PSP’s. Pela primeira vez estão a ficar lugares. Abrem concursos e não concorre pessoal suficiente para as vagas. Questiona se o que está a acontecer à GNR e à polícia se deve ao mau tratamento que estão a ter. Acredita que sim. As nossas polícias são muito maltratadas, na sua opinião, não há respeito e ninguém está para ser sujeito a ir para a polícia para ser enquadrado e depois ter chatices. E se tem o azar de dar um tiro em alguém, ou bater em alguém, é tudo racismo, xenofobia. Atualmente basta filmar só a parte certa, e deu como exemplo, a fotografia do Príncipe de Inglaterra, mostrando o gesto, três dedos, mas houve pessoas que viram outra coisa. Assim facilmente se transforma uma coisa noutra completamente diferente. É fácil cortar e editar imagens, mostrando-se só o que se quer. E as nossas polícias, como a generalidade dos portugueses é muito mal paga. Acredita que futuramente será cada vez mais difícil atrair pessoas para a nobre missão de ser polícia. Não percebendo nada daquilo e há um Ministro da Administração Interna que parece dominar a coisa, pelo que vão deixar nas mãos dele. Ao Presidente de Junta de Freguesia de Águas Belas, Sérgio Morgado, e em relação ao saneamento, referiu que o eleito



local foi convidado dia quatro para estar presente numa reunião, num sábado, soube que não pôde estar presente, mas lamentou que também não se tivesse feito representar por alguém da Junta, para pelo menos para se inteirar, do que se estava a falar. Em relação ao projeto Câmara acredita que o Presidente da Junta esteja muito triste por não chegar a toda a freguesia, mas o Sr. ° Edmundo, de Chãos, fez uma cara muito pior. O Sr. ° Manuel, de Nossa Senhora do Pranto, também estava com uma cara complicada. O Sr. ° Manuel, do Beco, idem, idem, aspas, aspas. No caso de Águas Belas percebe que o Sr. ° Presidente Sérgio Morgado queria a freguesia toda, mas as outras têm zero. Nesta fase têm Águas Belas e Ferreira do Zêzere porque Ferreira do Zêzere têm a E.T.A.R. que têm capacidade para encaixar ainda mais uns milhares de pessoas. Foi feita na altura já para cerca de três mil habitantes, portanto não têm ainda a capacidade esgotada. Os projetos que foram agora lançados eram projetos que já eram da Câmara Municipal há uns bons anos, e houve agora a possibilidade de serem candidatados, pois sempre disse que a Câmara Municipal não conseguia ir a saneamento e por isso não estavam a fazer saneamento. Podiam fazer, mas não era financiado pelo quadro comunitário. Este foi um dos motivos que levou a entrar na Tejo Ambiente, foi conseguirem fazer o saneamento, e as regras do Governo, quanto a si claras e bem, apontam para a agregação, e só havendo agregação é que se consegue fazer o saneamento. Os projetos já existiam, a Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere entrou para a Tejo Ambiente no dia um de junho, e estando em meados de dezembro já estão com obra. Algumas a serem feitas e outras para arrancar e isso só foi possível porque já tinham os projetos. Têm muitos mais que a para avançar só que falta o dinheiro. Os seis municípios que entraram na Tejo Ambiente conseguiram cerca de quinze milhões, nesta fase. Todos sabem qual a percentagem de Ferreira do Zêzere no capital social da Tejo Ambiente, e quer

19	172
Livro	Folhas

queiram quer não, o financiamento e a distribuição do dinheiro é feito em função do peso do Município. Não se pode ter dez por cento do capital social, oito por cento da população e querer ter sessenta por cento do investimento. Todos têm de perceber isso. Vão ter muito mais investimento no saneamento, algum investimento nas águas, que já está a ser feito, em Chãos, Ferreira do Zêzere, na eficiência hídrica colmatando as roturas, pois estavam sempre com falta de água pelas roturas, principalmente em Chãos, porque elas não aparecem, infiltram-se. Vai haver mais alguns milhões para Ferreira do Zêzere, mas vai demorar algum tempo. O projeto em Águas Belas, apanha quinhentas e vinte e sete casas, dezanove Km's de condutas e são dois milhões e meio de euros que estão a investir. Claro que gostavam de chegar a mais casas, mas não é possível pois o projeto é aquele. As outras não serão esquecidas, e sabe que há zonas em Águas Belas, tal como em Ferreira do Zêzere, relativamente com pouco investimento, que depois vai ser possível esticar. Nesta fase não podiam esticar mais porque não tinham dinheiro. Estão a gastar a fatia a que se tinham direito nesta fase. Sabe que há situações em que há casas a menos de vinte metros do saneamento e não são feitas, mas tem que ser assim, porque quando começam a abrir exceções, no final tem de fazer tudo, e a ideia neste momento é fazer o menos possível e atingir o maior número possível de casas. O objetivo, se há dez casas, é fazer as dez casas, se há uma casa sozinha não se fazer. Se lá passar faz-se, ir de propósito não. Não esconde que a obra tem que ser feita com algum retorno. Se vão gastar cinquenta mil euros para ir buscar uma casa ou duas, demora a ter retorno. E é claro que o saneamento é uma coisa fundamental e não se pode pensar só no retorno financeiro, mas é própria Comunidade Europeia, que obriga a apresentar estudos de qual vai ser o retorno e tem que haver uma taxa mínima de cobertura, e se não houver pelo número de pessoas tem que haver pelo tarifário.

Portanto tem que haver uma percentagem de retorno e, as coisas às vezes parecem todas muito simples, mas quem está deste lado é que sabe as chatices que as coisas dão. Hoje em dia, estar a fazer projetos que não têm o mínimo retorno financeiro, é para esquecer, pois não têm apoio comunitário. Até podem mentir e fazer as contas mal, mas depois mais tarde, têm que reportar os dados para o ERSAR, e eles são muito bons a fazer contas. E não é o primeiro nem segundo Concelho por esse país que tem que devolver fundos e são multados. Convém serem rigorosos naquilo que fazem. Não é tudo ao cêntimo, e com o intervalo de cinco ou dez por cento, toda a gente entende que possa haver um desvio, mas quando se começa a falar de quarenta ou cinquenta por cento, começa a ficar complicado. Saneamento sim, vão lá chegar e quem vier a seguir irá com certeza tentar chegar a todo o Concelho. Vão ter que ter noção que num Concelho como o de Ferreira do Zêzere, não vai ser fácil, para já e se calhar nunca, e já o disse mais do que uma vez, ter saneamento em todo o lado. Numa coroa à volta da Vila, são dois milhões e meio. Pediu para imaginarem quando forem para os Chãos, para o Bêco, Nossa Senhora do Pranto e por aí fora, para as que faltam. Em contas simplistas diria que cinquenta ou sessenta milhões não chegam. Têm de ser arranjadas soluções, e ter saneamento não é ter só os tubos enterrados e o esgoto a ir para lá. O mais difícil é ter uma solução que pegue no efluente e o trate. Se a fossa for estanque, se lá for alguém buscar e for tratado, questionou qual era o problema para ambiente. Não é nenhum, e será esse o caminho que no futuro ira ser feito, juntar dez ou vinte casas, umas ao pé das outras, pôr uma rede e uma fossa comum para todos, pois não vê disponibilidade financeira para gastar cinquenta ou sessenta milhões num Concelho como o de Ferreira do Zêzere, com a população a diminuir, com consumos baixíssimos de água, pois o retorno do saneamento vem na água. Paga-se o saneamento em função dos m<sup>3</sup> de água que se

19	173
Livro	Folhas

gasta. Têm um consumo médio, no Concelho, de sete m<sup>3</sup> de água, não sendo fácil ter o retorno de milhões e milhões de euros de investimento. Pediu ao eleito local Sérgio Morgado que diga às pessoas que não se consegue fazer tudo, que não estão esquecidos, que não é má vontade e que vão lá chegar. Têm mais projetos e no futuro, logo que possível. Também têm que ir tentando equilibrar as coisas. Chãos têm uma E.T.A.R., se calhar há quinze anos feita, e nunca lá entrou um dl de efluente, porque na altura as Águas do Centro, insistiram em fazer aquela E.T.A.R. e, se calhar era dos sítios que fazia sentido também já haver saneamento, porque o esgoto facilmente se infiltra ali e desaparece, pois vai tudo por aí abaixo, mas na altura disseram que não havia capacidade de investir naquela zona. Foram lá investir e depois andaram anos à espera de uma E.T.A.R., na zona da Bairrada, Bairradinha, Cardal pois a Câmara tinha a rede feita e estava à espera da E.T.A.R. que nunca mais vinha e foi super difícil. Às vezes quando se trabalha sectorizado em alta e baixa, em que na baixa está uma entidade, que naquele caso era a Câmara, do outro lado está outra entidade que eram as Águas do Centro, às vezes não é fácil chegar lá. Falta, neste momento, arranjar dinheiro para fazer saneamento em Chãos, porque E.T.A.R., já existe, embora não saiba em que condições está. A última vez que lá passou tinham posto uns painéis solares e pareceu-lhe bem cuidada, mas não está a ficar melhor. Ao eleito local Paulo Rodrigues, como o próprio disse, está sinalizado pela Câmara Municipal, os cones não caíram lá por obra divina, o proprietário está notificado para proceder à poda, pois reconhecem que o sobreiro já está muito desequilibrado. Parece que está saudável, mas num dia de vento, a empurrar para o sítio certo, com ele já a pender para o lado do café, não se sabe se não pode haver uma desgraça. Carece de uma autorização do I.C.N.F., e parece que não pode ser podado em qualquer altura do ano, pelo que estão à espera. Está sinalizado e espera

que não aconteça ali nada. Quanto à questão dos madeireiros, estes fazem muita falta, dão muito emprego, mas são uns malandrecos, e não é novidade que dão cabo de tudo o que se faz. Quando a Câmara limpa no verão, parece que é de propósito, no inverno e estoiram com tudo. Há zonas onde se passou no verão e hoje em dia, não se passa lá, pois fica impraticável. Já naquela semana notificaram alguns para se procederem a limpezas, pois ficam madeiras dentro de valetas, fica tudo entulhado, aquedutos partidos. Vão tentando levá-los a bom porto e, uma das coisas que alguns lhe dizem e que mais lhe custa é que pagam impostos. Também paga impostos, todos pagam impostos, mas não andam a partir tudo. A empresa precisa de trabalhar e não pode tirar a madeira pelo ar, mas tem a obrigação de, em primeiro lugar prevenir, há situações que se veem que se tivessem tido cuidado evitavam de partir. Depois se aconteceu uma desgraça, deviam notificar a dizer “Olhe estraguei isto!”, ou tentar repor. Às vezes não há esse cuidado, compete à Câmara Municipal ir fiscalizando, mas depois torna-se complicado pois um não é de cá, outro é de ali, tem que se andar à procura do proprietário e, em último recurso imputam, e já aconteceu, a despesa ao proprietário do terreno, porque esse existe, há uma caderneta que diz que aquele prédio é do fulano tal. Não podem ser todos sempre a pagar. Os madeireiros pagam impostos, fazem muita falta, mas têm de ser todos responsáveis. Respondendo agora à eleita local Fernanda Moura, referiu que tem lido várias vezes a lei e nunca viu nenhum artigo que dissesse que era competência do Presidente da Câmara andar a motivar as pessoas, mas percebeu o que quis dizer. É claro que quando vai falando com as pessoas as vai motivando. Sabe que fazer algumas comunicações no seu Facebook custa a algumas pessoas. Tem pena. Comuniquem também nos deles, se houver menos pessoas a ver, azar. Podem continuar a publicar no seu Facebook, e no Facebook, pois irá fazer o que tem feito e



19	174
Livro	Folhas

quem não gosta, tem uma solução muito boa, se for seu amigo, deixa de ser, se não for não espreite, pois também não fica mal não espreitar. Ao eleito Carlos Salgado, em relação às obras do cemitério, disse que para o ano que vem tem de ser feitas, senão sairá com uma nódoa sobre si, que assume, pois sempre disse que queria fazer obras e quer. Já deu instruções para isso. No orçamento, olhando não está lá nada a dizer obras do cemitério, mas existem obras de carácter geral, onde elas se enquadrarão, ou quanto muito, se até lá tiverem um orçamento já estimado, quando for feita a revisão do orçamento, incluir uma rubrica mesmo a chamar cemitério. Quanto aos funerais, a Câmara Municipal tem um Regulamento, aprovado pelo Luís Ribeiro Pereira, Manuel da Silva António, Jacinto Lopes, Carlos Ferreira Salgado, Carlos Martins, que diz que é enterrado no cemitério, os residentes, aliás, recenseados na freguesia, se não lhe falha a memória. Foram os cinco que o aprovaram. Há um Regulamento Municipal que diz como é que é, e limitou-se a cumprir o Regulamento. Disseram-lhe que a senhora já morava há três anos em Ferreira do Zêzere, tiveram três anos para recensear a senhora. Parece que tiveram tempo para a inscrever no Centro de Saúde, nas Finanças, mas esquecerem-se de uma das coisas importantes, é que para a receberem algum dinheiro de cada um recebe via Câmara, não se inscreveu, e quando foi no final da vida, neste caso na morte, Ferreira do Zêzere já servia para a senhora ser enterrada. Também é notório e reconhecido que existem algumas limitações de cemitério, e que já ali chamaram a atenção de que o Cemitério está a ficar curto. Têm que se decidir, ou está a ficar curto ou não está. Se a senhora estivesse recenseada no concelho, estava tudo de acordo, estava tudo certinho. Não estando, foi ele mesmo que fez o Despacho a não autorizar que a senhora fosse cá sepultada, de acordo com o Regulamento.-----

O eleito local Carlos Salgado, solicitou de novo o uso da palavra, e no seguimento dos esclarecimentos prestados pelo Presidente de Câmara, disse que muitas pessoas que não vivem cá, ou não viveram cá, e vivem em Lisboa ou em outras cidades, tem vindo ultimamente para cá e não mudam a residência. A maioria delas não muda a residência por causa da assistência médica, porque automaticamente quando se muda a residência, ficam sem médico de família de onde residiam. Conhece muitas pessoas que residem cá e pergunta-lhes se não vem cá recensear-se e respondem-lhe que não porque perdem a assistência médica da cidade onde estiveram. No regulamento não diz o recenseamento, diz a residência. Não reside em Ferreira do Zêzere por diversas razões, mas está recenseado em Ferreira do Zêzere. Era uma lei que na altura facultava isso. Está há cinquenta e três anos em Ferreira do Zêzere e por problemas de vida familiar tem de estar em Santarém e não reside em Ferreira do Zêzere. Há dias estava para fazer o seu testamento, e pôs-se o problema de onde é que vai ser enterrado. O próximo Presidente de Câmara e a Assembleia tem que alterar tudo isto e é fácil alterar. As pessoas têm direito a ser sepultadas onde quiserem. Ferreira do Zêzere tem condições para se fazer isso. É fazer o novo Cemitério e resolve-se o problema. Perguntando ao Presidente de Câmara se achava mal que as pessoas que são naturais de Ferreira do Zêzere, ou não, que fizeram uma vida de quarenta ou cinquenta anos em Lisboa para ganhar o seu, e que venham residir e que por força da má administração de saúde, pois não existem em Ferreira do Zêzere as condições de saúde, como têm as cidades, em que lá há médicos e cá não há médicos, e as pessoas são obrigadas só, por causa de quererem ser sepultadas um dia em Ferreira do Zêzere, mudar a sua residência. Facilmente se resolve este problema, e aliás o Sr. ° Padre da Freguesia, numa missa há dias, disse o problema se resolvia bem. E o Presidente da Câmara falou nisso e disse há um ano que já

19	175
Livro	Folhas

estava a pensar na construção de um novo cemitério. Não viu nada sobre isso, é uma obra para a qual existe o terreno, pensa que não são milhares de euros. O senhor Padre dava a sua opinião, de que se estava para fazer construção da casa mortuária, que também é de acordo com a mesma, para aproveitar os cinquenta mil euros que uma pessoa deu para isso. Mas sabe que a Câmara vai gastar cento e cinquenta mil euros, mas têm de arranjar uma solução. E é uma vergonha, quando viu um artigo a dizer que a pessoa residia no Portomar e depois teve de ser transferida para o Cemitério de Águas Belas porque não residia ou não estava recenseada. Questionou se quando morrer também não pode vir para Ferreira do Zêzere, e está recenseado há cinquenta anos em Ferreira. Quando houver as próximas eleições autárquicas tem que pedir ao novo Presidente e à nova Assembleia para que tenham todos lugar. Ferreira do Zêzere é a sua terra há cinquenta e tal anos que cá está. Perguntou ao Presidente de Câmara como resolve o problema. Recenseamento não obriga a pessoa residir. O próximo Presidente de Câmara tem que pensar nessa brincadeira. Questionou porque é que Águas Belas aceitou a sepultura da Senhora, sem problemas. Só em Ferreira do Zêzere é que há esses problemas. Querem cumprir tudo à risca, há prejuízo. Se não houvesse covados se calhar até entendia, mas há. Se há sepultura porque é que não se dá o direito de uma pessoa ser sepultada onde quer. Vai deixar o seu testamento com um ponto de interrogação. -----

O Presidente da Câmara Municipal, novamente o uso da sua palavra e respondendo ao eleito local Carlos Salgado, disse que o Regulamento era de dois mil e três, e bastava ver quem estava na altura na Câmara. Se calhar está a precisar de ser mudado, mas limitou-se a cumprir o regulamento que o eleito local também aprovou. Os tempos mudam, as pessoas mudam de ideias. Na altura aprovaram aquilo que acharam que era bom. Quanto à casa mortuária houve por aí alguma

celeuma e à medida que se vão aproximando das autárquicas, vai começar cada vez mais, porque há pessoal e, usando um termo ciclista “gosta de chupar a roda do adversário”. O termo não é bem este é um bocadinho mais pejorativo, mas pensa que até se enquadra bem. A casa mortuária é agora, de repente, um grande problema. Há coisas que nesta Vila são grande problema e que passado uns tempos afinal foi uma boa coisa que se fez. lembrou de um hotel, há uns tempos, em 2013 ou 2012 em que havia vigílias e tudo, e agora já é uma coisa muito importante. Em relação à casa mortuária parece que, de repente começou a ser assunto, já existem duas casas mortuárias. Lembrou que há duas casas mortuárias de uma religião, uma dentro de uma igreja e outra dentro de uma capela, e ambas ligadas à religião católica. Não tem nada contra pois é católico, embora pouco praticante, e acha que todas as outras pessoas que não são católicas, tenham outras religiões ou que não acreditem em nenhum ser superior, merecem ter uma casa mortuária. E uma casa mortuária que não esteja ligada a nenhuma religião, acha que não faz mal nenhum a ninguém e podem lá ir todos. Acha também que, das duas que existem, nenhuma satisfaz plenamente. Fazer uma casa mortuária e não perder os cinquenta mil euros que foram dados à Junta de Freguesia para isso, acha que não é de perder e fazer ali algo, onde mais tarde ou mais cedo irão todos passar. Quanto ao novo cemitério, já tem um terreno, já solicitou para fazerem os testes necessários para aferir se o terreno é próprio ou não para pôr um cemitério, pois os cemitérios não podem ir para qualquer terreno, tem de ter um mínimo de características para decompor os corpos e evitar algumas situações que acontecem nalguns lados, que ao fim de seis ou sete anos parece que os corpos estão ainda como foram enterrados, e não é isso que se pretende, esperando dentro de alguns meses ter novidades e quando as tiver irá dizer. É um terreno que dá para fazer, se for preciso, quatro cemitérios do que se têm. Pode

e deve fazer-se um planeamento para duzentos anos, planear o cemitério para os próximos duzentos anos e começar por fazer o que é agora necessário. Se calhar fazer uma célula, para quarenta ou cinquenta anos e, quem vier atrás vai construindo, mas ficar já pensado para de futuro ir evoluindo. Em relação ao Regulamento já deu instruções para um dia deste agarrarem nele e verem o que há para alterar, e é possível que até final do mandato se possa alterar o Regulamento, para que não tenha que se chatear o novo Presidente de Câmara, que com certeza terá muitas outras coisas para se chatear no início, sem ser que o cemitério. -----

#### INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

##### 1.- Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O senhor Vítor Mendes solicitou o uso da palavra e procedeu à leitura da sua intervenção que segue na íntegra a seguir escrita: -----

*“Muita boa noite a todos os presentes. Senhor Presidente da Câmara na Assembleia Municipal de vinte e cinco de setembro fiz uma intervenção onde expus algumas questões ligadas com as posições que ao longo do tempo o senhor tem tomado, onde, na minha opinião, o senhor rebaixa, ofende, e maltrata em público, quem trabalha nesta casa, Câmara Municipal. Na sua tentativa de resposta, divagou, e até falou no comité Central do Partido Comunista Português, naquilo que entende ser a sua organização. Creio que está com um problema de dislexia. Como não consegui por em causa as minhas afirmações, ficou baralhado. Para que não continue a inventar, e para que seja mais preciso no que diz, direi o seguinte: Sou Vítor Manuel Rodrigues Mendes, tenho 73 anos de idade, encontro-me reformado por ter descontado para a Segurança Social durante quarenta e oito anos, tenho a profissão de Afinador de Máquinas Industriais, por isso, sou um Operário, e tenho*

*muito orgulho em militar no Partido Comunista Português. Mas, o senhor, ainda falou em citações. Terei certamente as minhas limitações, pois sou humano, e como qualquer ser humano, sou imperfeito. Mas não preciso de fazer plagio. Os meus neurónios ainda continuam em bom estado de saúde. A sua intervenção tentou rebaixar, provocar, mas não conseguiu acertar uma única palavra. Ficou baralhado, e misturou alhos com bugalhos. O que o senhor e o seu partido pretendem, é esconder os factos, as denúncias, e as críticas aos vossos erros de gestão. Se estivesse atento e ouvisse com a devida atenção o que os cidadãos dizem, certamente, não cairia no ridículo, e não diria tantos disparates. O Partido Comunista Português quando entender intervir ou tomar posição sobre qualquer matéria, não se esconde, nem lhe irá pedir autorização. Assumirá como sempre o tem feito ao longo dos 99 anos da sua existência. Pois já no tempo da ditadura fascista o fazia. Tudo isto seria evitado se o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia fosse uma pessoa digna de ocupar o lugar que ocupa. Mas não o é! Como prova do que afirmo, tem o exemplo de não ser a primeira vez que Deputados Municipais do seu próprio partido, o PSD, terem abandonado a Assembleia, por discordarem da forma como o Senhor a tem dirigido. Uma nota interessante: A única ata da Assembleia Municipal que consta no site da câmara é aquela onde foi proibida a entrada da população. É esta a sua cultura democrática, esconder da população o que aqui se passa. Senhor Presidente da Câmara, o senhor enviou uma carta datada de dezanove de março de dois mil e vinte aos munícipes, onde informa que a partir daquela data determinados serviços ficariam à responsabilidade da empresa Tejo Ambiente. Possivelmente não se lembra, mas eu na Assembleia de vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte disse que o tempo nos daria a devida resposta sobre essa decisão. Afinal, parece que eu tive razão! Os resultados, aí*

*estão. Os senhores têm noção das implicações, os transtornos que têm vindo a causar aos cidadãos com a vossa decisão. Algum dos senhores e das senhoras passaram pela porta da empresa? Deram-se ao cuidado de ver as filas? Falaram com os moradores para saber as razões da sua revolta? Pelo que me é dado a conhecer, não. No dia dezasseis de outubro de dois mil e vinte, enviei-lhe uma exposição, e a todos os Senhores Vereadores, onde solicitei um conjunto de explicações. Na resposta, o Senhor Presidente salienta um erro de português, mas de seguida meteu os pés pelas mãos, e não respondeu às perguntas. Entendeu considerar, que eu só sei reclamar e provocar. É esta a postura de um Presidente de Câmara em resposta a um cidadão que se sente injustiçado, maltratado, e que reclama os seus direitos no local próprio, Câmara Municipal e Assembleia Municipal. Lamentavelmente, esta é a forma que V. Ex<sup>ª</sup>., entende ser o estado democrático vigente no País. Mais uma vez, está enganado. Tenho dito."-----*

#### **PERIODO DA ORDEM DO DIA -----**

**1.- Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e situação financeira do município, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----**

O eleito local José António Fernandes interveio, e falou sobre o Relatório de Atividades Municipais, na área do desporto, que esteve a ver com muita atenção, coletividades que estão durante o período de pandemia a trabalhar, mas ficou triste porque não viu no relatório a Casa do Povo de Ferreira do Zêzere. Não compreende como é que uma coletividade que tem franca expansão a nível da natação, leva o nome de Ferreira do Zêzere a nível concelhio, distrital e além-fronteiras e que estiveram num país nórdico onde aparece, no fim das provas, o símbolo de Ferreira

do Zêzere e do Concelho. Não sabe o motivo do esquecimento, para além de não terem qualquer subsídio para transporte, de não lhes ser facultado qualquer ajuda e fica perplexo, quando é feita referência à equipa de Futsal do Sport Club de Ferreira do Zêzere, que é das poucas que tem conseguido manter a sua atividade normal competindo uma vez mais na segunda divisão e, esta secção de natação da Casa do Povo de Ferreira do Zêzere que está em atividade, que vai treinar onde há Concelhos onde de facto as piscinas municipais estão a funcionar, vão treinar e há um mês e tal andavam no Lago Azul a fazer treino, sendo que até referiu que a água estava fria e perguntou se não era perigoso e não fazia mal, e eles responderam que não, que apesar de estar fria, eles entram para dentro de água e com os treinos e o aquecimento passa o frio. Deixou sua opinião e o seu descontentamento. -----

O Presidente da Câmara Municipal, em resposta à questão colocada, começou por dizer que se calhar seria bom a Casa do Povo começar a mandar os resultados que vai tendo. Era certo que já viu uma publicação ou outra com os resultados e até muito bons, mas convinha se calhar, como fazem outras instituições, que quando participam em alguma coisa e tem o resultado mais fora do normal, vão avisando. Pediu para fazerem chegar à Câmara Municipal, pois nada move contra a Casa do Povo. Em relação a não terem apoio, lembrou que concorreram agora aos apoios e no ano passado não concorreram para a natação. Não se pode dar à natação da Casa do Povo, que é uma coisa com meses. Há regras, há regulamentos, este ano concorreram e vai-se ver o que vão ter, mas não poderiam ter para trás, porque não concorreram o ano passado. As regras são claras e este ano pode ser que haja algum apoio. Lembrou que o dinheiro também não chega para tudo. Há duas hipóteses, ou alguém fica sem dinheiro ou então o pouco dinheiro que a Câmara Municipal tem vai ser dividido por muitos, e também não se podem começar a fazer clubes de



19	178
Livro	Folhas

natação como quem faz croquetes, que vai dividindo a massa e faz mais um croquete. Infelizmente parece que a natação agora é a grande moda. Quando se chateiam as comadres, em vez de se tentarem reconciliar, faz-se mais um clube, e não há quem aguento isto tudo. A Piscina do Município não aguenta muitas instituições a fazer natação. Lembrou que a Piscina Municipal não é uma piscina de competição, é um tanque de aprendizagem, tem algumas limitações. Pode haver no futuro algumas complicações para conseguirem ter tanta gente a querer fazer natação na piscina, mas logo se verá. Não é bom para ninguém, que cada vez que alguém se chateia, e há muita gente que se chateia com muita facilidade, saltar de clube para clube e andar a abrir clubes. A Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere tem a obrigação de ajudar as instituições do Concelho, mas sobretudo aquelas que tem bastantes atletas do Concelho, e a Casa do Povo tem excelentes resultados, mas pelo que sabe, atletas do Concelho tem um. Se calhar a Casa do Povo tem que pensar, se é isso mesmo que quer. Estar a ter uma estrutura a funcionar, com as chatices que tem, porque nada se faz que não dê chatices e despesas, para manter um atleta do Concelho. Sabe que também há outras instituições que tem poucas pessoas do Concelho, mas neste caso é apenas um. São decisões que se tomam e terão todos que olhar para elas assumindo-as e tentar fazer o melhor possível para todos. Era no futsal que estava a pensar, quando disse que outras instituições também tinham poucos atletas do concelho, e imagine-se que dois ou três se chateiam e vão jogar pelo Igrejanovense e a seguir voltam-se a chatear. Já parece as concertinas, cada vez que alguém se chateia nas concertinas, aparece mais uma associação a ter concertinas, e assim ninguém aguenta. Tem que ter limites porque o Concelho é pequeno, é pouca gente, e o dinheiro não dá para tudo. Até à data tem havido a sorte de a Câmara Municipal ter conseguido ajudar, espera que no futuro assim continue,

mas não dá para andarem todos com os egos, cada vez que se chateiam, em vez de tentarem resolver as coisas, dividirem-se. Se se juntassem todos eram poucos quanto mais andarem a dividir-se. Quem o conhece, sabe que o diz há muito tempo, que algumas coisas que se fizeram no Concelho, para dividir, sempre foi contra, mas vale o que vale. Queixam-se que o dinheiro é pouco, pois são muitos e à medida que forem aparecendo, infelizmente isto não está bom, mas o futuro irá ser muito pior. Há quem diga que é muito pessimista, mas afirma que é um otimista muito bem informado. Acreditem que os próximos anos vão ser muito maus. Espera estar redondamente enganado, mas tudo indica que sim, porque não há almoços grátis. Todos estão muito contentes porque vem camionetas de dinheiro, mas os filhos e os netos da cada um vão devolvê-lo. Que no futuro tenham todos cabeça para não continuarem a fazer algumas burrices que fizeram ao longo dos anos, porque vai ser difícil arranjar dinheiro para tudo aquilo. Juntos já são poucos então divididos são muito menos. -----

**2.- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a transferência de capital em 2021, no valor máximo de 74.682,49€ + IVA, para no âmbito da Requalificação e alteração do edifício sede da Junta de Freguesia e do espaço envolvente, apresentado pela União de Freguesias de Areias e Pias, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----**

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a transferência de capital em 2021, no valor máximo de 74.682,49€ + IVA, para no âmbito da Requalificação e alteração do edifício sede da Junta de Freguesia e do espaço envolvente, apresentado pela União de Freguesia de Areias e Pias. -----

19	179
Livro	Folhas

3.- **Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal atinente aos estudos de sinalização/toponímia abaixo mencionados, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:** -----

**a) Colocação de sinal de trânsito, no adro da Igreja de Paio Mendes, a indicar "Casa Mortuária", sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto;** -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o estudo de sinalização/toponímia, para a colocação de sinal de trânsito, no adro da Igreja de Paio Mendes, a indicar "Casa Mortuária", sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto, apresentado pela freguesia de Nossa Senhora do Pranto. -----

**b) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Manuel Alves, no lugar de Rio Cimeiro, sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto;** -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o estudo de sinalização/toponímia, para a colocação de sinal de trânsito, na Rua Manuel Alves, no lugar de Rio Cimeiro, sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto. -----

**c) Colocação de sinal de trânsito, na Rua da Floresta, lugar de Lameirancha - Paio Mendes, sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto;** -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o estudo de sinalização/toponímia, para a colocação de sinal de trânsito, na Rua da Floresta, lugar de Lameirancha - Paio Mendes, sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto, apresentado pela freguesia de Nossa Senhora do Pranto. -----

**d) Colocação de sinal de trânsito, no lugar de Relvas - Paio Mendes, a indicar "Outeiro da Frazoeira", sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto; -----**

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o estudo de sinalização/toponímia, para a colocação de sinal de trânsito, no lugar de Relvas - Paio Mendes, a indicar "Outeiro da Frazoeira", sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto, apresentado pela freguesia de Nossa Senhora do Pranto. -----

**e) Colocação de sinal de trânsito, no lugar de Chãos, a indicar "Casal de Santa Iria" e "Cabeças", sito na freguesia de Chãos; -----**

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o estudo de sinalização/toponímia, para a colocação de sinal de trânsito, no lugar de Chãos, a indicar "Casal de Santa Iria" e "Cabeças", sito na freguesia de Chãos, apresentado pela Junta de Freguesia de Chãos. -----

**f) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Otávio Nunes Godinho (nas traseiras do prédio), lugar de Ferreira do Zêzere, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; -----**

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o estudo de sinalização/toponímia, para a colocação de sinal de trânsito, na Rua Otávio Nunes Godinho (nas traseiras do prédio), lugar de Ferreira do Zêzere, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere. -----

**g) Colocação de sinal de trânsito, na Rua D. Nuno Rodrigues, em frente à Igreja Matriz de Ferreira do Zêzere, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; ---**

Não houve intervenções. -----

19	180
Livro	Folhas

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o estudo de sinalização/toponímia, para a colocação de sinal de trânsito, na Rua D. Nuno Rodrigues, em frente à Igreja Matriz de Ferreira do Zêzere, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere. -----

**h) Colocação de sinais de trânsito, no Carril (indicando Areias e Vale da Carreira), em Dornes (indicando Bêco, Frazoeira e Carril) e em Cruz da Frazoeira (indicando Dornes, Paio Mendes e Via-Sacra), sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto;** -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o estudo de sinalização/toponímia, para a colocação de sinais de trânsito, no Carril (indicando Areias e Vale da Carreira), em Dornes (indicando Bêco, Frazoeira e Carril) e em Cruz da Frazoeira (indicando Dornes, Paio Mendes e Via-Sacra), sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto, apresentado pela Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Pranto. -----

**i) Mudança de placa indicativa, colocada na Visconde de Tinalhas, frente à Capela da Frazoeira para Cruzamento da Frazoeira na Rua Eduardo Mota, sito na Freguesia de Nossa Senhora do Pranto;** -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o estudo de sinalização/toponímia, para a mudança de placa indicativa, colocada na Visconde de Tinalhas, frente à Capela da Frazoeira para Cruzamento da Frazoeira na Rua Eduardo Mota, sito na Freguesia de Nossa Senhora do Pranto, apresentado pela Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Pranto. -----

**j) Colocação de sinal de trânsito, na Rua do Curralinho n.º 41, no lugar de Ribeira, sito na Freguesia de Ferreira do Zêzere; -----**

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o estudo de sinalização/toponímia, para a colocação de sinal de trânsito, na Rua do Curralinho n.º 41, no lugar de Ribeira, sito na Freguesia de Ferreira do Zêzere, apresentado pela Junta de Freguesia de Ferreira do Zêzere. -----

**k) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Dr. ° Jorge Vasconcelos Godinho Cabral e Rua Principal de Areias, em Areias sito na União de Freguesias de Areias e Pias; -----**

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o estudo de sinalização/toponímia, para a colocação de sinal de trânsito, na Rua Dr. ° Jorge Vasconcelos Godinho Cabral e Rua Principal de Areias, em Areias, apresentado pela União de Freguesias de Areias e Pias. -----

**l) Colocação de sinal de trânsito, na Travessa dos Sobreiros, no lugar de Pombeira, sito na Freguesia de Ferreira do Zêzere. -----**

O Presidente da Assembleia Municipal informou que esta alínea foi retirada da Ordem de Trabalhos a pedido do Presidente da Câmara Municipal. -----

**4.- Apreciação e votação da proposta de minuta do contrato de gestão delegada entre a Câmara Municipal e a RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, S.A., para celebração de contratos de concessão e fixação das respetivas condições gerais, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea p) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----**

19	181
Livro	Folhas

O Presidente da Câmara Municipal solicitou o uso da palavra para dar alguns esclarecimentos relativo à RSTJ. Referiu que é a entidade que vai substituir a Resitejo, que durante muitos anos foi a entidade que tratou dos resíduos. A Câmara Municipal fazia a recolha em baixa e a Resitejo tratavam dos resíduos em alta, nomeadamente o tratamento, o encaminhamento para aterro, a recolha dos produtos valorizáveis. Entretanto em baixa tem agora a Tejo Ambiente, e em alta vem esta nova entidade, porque a Resitejo tinha uma forma jurídica um pouco complicada. Houve ali alguma criatividade a criar a Resitejo, os portugueses são muito criativos, e a Resitejo foi criada com a figura um bocadinho híbrida para se conseguir ultrapassar os intervalos da chuva, e foi passando muitos anos, até que houve uma legislação que foi criada, de propósito, para apanhar a Resitejo. Já viu legislação feita para apanhar uma pessoa e apanhou toda a gente menos aquela pessoa. A legislação do limite dos três anos de mandato dos presidentes de câmara e de alguns eleitos, que era para apanhar o Alberto João Jardim e não o apanharam. Ele ficou lá e saiu quando quis, apanharam os outros. Esta foi mesmo eficaz, dito por quem fez a lei, ali em Ferreira do Zêzere, que reconheceu que tinha feito de propósito para fazer cessar a atividade da Resitejo, pelo menos enquanto Resitejo, que aquela forma jurídica que era um bocadinho híbrida. Agora tem uma empresa por ações, em que a Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere tem dez por cento do capital social e que o que este documento pretende é passar a responsabilidade que Câmara Municipal tem para a RSTJ, para fazer aquilo que compete à Câmara Municipal nos termos da lei. Vão transferir as competências da Câmara nestas áreas, para RSTJ para eles fazerem pela Câmara Municipal. É isto que se pretende, tal como fizeram há uns meses atrás com Tejo Ambiente, e como já fizeram em algumas outras áreas, transferindo competências para outras entidades. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte votos favor, sendo dez da bancada do PPD/PSD, sete da bancada do PS, dois da bancada CDS.PP.NC: Nós Ferreirenses e um da bancada +FZZ, zero votos contra e duas abstenções da bancada do PS, aprovar a minuta do contrato de gestão delegada entre a Câmara Municipal e a RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, S.A., para celebração de contratos de concessão e fixação das respetivas condições gerais. -----

**5.- Apreciação e votação da proposta de minuta do Acordo CIM/Municípios da delegação de competências para o financiamento dos serviços de transporte públicos essenciais no período escolar de setembro a dezembro de 2020. -----**

O Presidente da Câmara Municipal interveio para dar alguns esclarecimentos, referindo que a Câmara Municipal transferiu para a CIMT, pois com a nova lei a Câmara Municipal era Autoridade de Transportes, ou seja, a Câmara Municipal tinha alguma capacidade de gerir redes, transportes e outras coisas na área de transportes públicos, mas todos acharam que não fazia sentido cada Concelho estar, por si, a gerir, uma rede que se quer integrada e complementar. Todos os concelhos passaram as competências para a CIMT que tem gerido este processo. Agora com o Covid-19, as pessoas deixaram de andar, e o que estava ali era, que caso seja necessário compensar, colocar redes de transportes públicos que a Camara sempre financiou. Há muitos anos que pagavam um “x” por dia para as redes de transportes funcionarem. A maioria das pessoas pensa que a Rodoviária passa à porta, e aquilo não custa nada, mas custa. Disse que todos tem que pagar. Há redes que, se a Câmara Municipal, não financiar não funcionam. Ou quanto muito funcionam durante os transportes escolares, e quando não há transportes escolares caiem. Todos sabem que a rede de transportes está cada vez mais reduzida. Até expressos já estão a terminar. Tem que perceber que as empresas têm que ter lucro e se derem uma



19	182
Livro	Folhas

volta pelos Concelhos, cada vez mais estão dois ou três carros à porta das pessoas. Em sua casa são três pessoas, e se lá passarem estão três carros à porta. Não acontece só em sua casa, mas também em muitas outras casas. As empresas de transportes vão-se segurando naquilo que podem e quando negociam com a Câmara Municipal, tentam sempre defender-se, e se elas não tiverem lucro, deixam de haver poucos transportes, passando a não haver nenhum. As entidades públicas, neste caso a CIMT e as Câmaras Municipais, têm de continuar a subsidiar se querem que os munícipes tenham transporte. O Governo criou um programa que é o PART, que é o Programa de Apoio à Redução Tarifária. Tem um nome bonito, tem uns milhões largos de euros. Milhões são gastos em Lisboa e no Porto. Foi feito para pagar os transportes nas grandes urbes, nomeadamente Lisboa e Porto. Todos os portugueses pagam forte e feio, porque não lembra a ninguém, na altura que tudo está a subir, os transportes subiram, o salário, felizmente, tem subido, e todos ouviram que os passes em Lisboa e no Porto tem estado a descer o preço. E estão todos a pagar. E o PART foi uma forma engraçada que o Governo arranjou para financiar os transportes naquelas zonas, onde vive muita gente, e por inerência, e não podem fingir que não percebem o que é que se passa, é onde está o pessoal que vota. Claro que depois tem que haver uns tostões para o interior, para não chatearem muito. O que estava ali a votação era para, caso os tostões que o Governo deu, não sejam suficientes para fazer funcionar, para todos os Municípios pagarem em função da estrutura. Ferreira do Zêzere são cinco vírgula seis por cento, que irá suportar para manter a rede funcionar. Estão a propor que se assine um acordo da CIM com os Municípios, para financiarem a rede caso venha a ser necessário recorrer a este financiamento. Para saberem se tem ou não que financiar estão dependentes dos números da empresa, quantos bilhetes venderam, quantos passes venderam, e a pergunta que todos tem o



direito de fazer é se foi mesmo isto. Mas tem de haver confiança, pois se não houver confiança nada funciona no mundo. Vão acreditar que não estão a ser enganados, que estão todos de boa fé. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria e em minuta, com vinte e um votos a favor, sendo dez da bancada do PPD/PSD, oito da bancada do PS, dois da bancada CDS.PP.NC: Nós Ferreirenses e um da bancada +FZZ, zero votos contra e uma abstenção da bancada do PS, aprovar a minuta do acordo CIM/Municípios da delegação de competências para o financiamento dos serviços de transporte público essenciais no período escolar de setembro a dezembro de 2020.

**6.- Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021, conforme alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. --**

O eleito local Carlos Salgado no uso da palavra, começou por dizer que lhe apraz o compromisso do Presidente da Câmara Municipal de resolver os dois problemas que anteriormente referiu, dizendo que até outubro não o vai largar. Em relação ao orçamento disse que era o possível que se podia arranjar. Mencionou duas coisas, que possivelmente já não serão para o Presidente da Câmara, mas talvez seja uma ideia a lançar para o próximo Presidente da Câmara que é o Orçamento Participativo. Em todos os Concelhos há Orçamentos Participativos, há uma verba que a Câmara distribui para uma determinada obra, o que introduz uma interação das pessoas com a Câmara. Pediu que lhe dissesse o que se passa com a casa da música e o ginásio que se fazia junto do campo. -----

A eleita local Fernanda Moura interveio e começou por referir que mais uma vez estavam ali com o grande plano para dois mil e vinte e um, e na sua maneira de ver, não chega, não serve o Concelho, não serve a população. Aquele plano tem de ser com mais ambição, com mais estratégia a médio e longo prazo, mais eficácia nas

19	183
Livro	Folhas

dinâmicas entre agentes económicos, as empresas e as pessoas. Naquele plano deveria ter todo o potencial virado para o desenvolvimento do Concelho. Fica muito aquém do que os Ferreirenses precisam. -----

O eleito local Paulo Rodrigues no uso da palavra e em relação às Grandes Opções do Plano e Orçamento, referiu que mais uma vez ficou um bocadinho aquém. O eleito local José Duarte, que não estava presente, há alguns anos dizia que não passava tudo por alcatrão e cimento. De facto, as coisas não passam só por alcatrão e por cimento, passam também pelo apoio às pessoas e outras questões. No mundo em que estão o alcatrão e o cimento também são fundamentais, e gostava que daqui a um ano, na prestação de contas, poder ver se aquele orçamento seria todo ele executado, isto porque os prazos nem sempre são cumpridos. Ferreira do Zêzere paga a zero dias, mas as empresas não fazem serviço de acordo para aquilo que está contratado, porque não pretendem fazê-lo. Ouve falar, durante todo o mandato numas estradas que as Juntas de Freguesia indicaram para serem alcatroadas, em que se fala em alcatroar e não sabe se haverá empresas, este ano, e que ainda por cima vai ser um ano de eleições, que venham fazer todo o tipo de alcatroamentos. É um orçamento mais eleitoralista e acha que, de alguma forma, tem o defeito de pecar por tardio. É deixar a cereja no topo do bolo, mas com a raiz pendurada para depois alguém vir buscar cá abaixo a cerejeira. -----

O Presidente da Câmara Municipal em resposta às questões colocadas começou por esclarecer que a resposta servia para todos pois todas as intervenções tiveram a mesma génese e como era o seu último orçamento, pelo menos na Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere. Mostrar aos presentes como começou o orçamento este ano. Tendo em conta que gostam de o acusar de falta de ambição, este ano foi ambicioso, e disse a toda a gente que este ano iam fazer tudo, pois para o ano que

vem é ano de eleições, queria tudo o que tinham, queria que limpassem as gavetas. E o esboço de orçamento que lhe chegou às mãos, dia dezasseis de novembro de 2020 tinha receita total prevista no valor de nove milhões, cento e quarenta e um mil, quinhentos e quarenta e quatro euros, dos quais sete milhões, setecentos e nove, duzentos e sessenta e três correntes, e de capital, um milhão, quatrocentos e trinta e dois mil, duzentos e oitenta e um euros. Nas despesas correntes, seis milhões, oitocentos e cinco mil, quatrocentos e vinte e nove euros, capital, nove milhões, sessenta e sete mil, e seiscentos e trinta e seis euros. Total da despesa, quinze milhões, oitocentos e setenta e três mil, sessenta e cinco euros. Questionou os presentes, se fossem os Presidentes de Câmara, o que é que faziam, com aquele orçamento em cima da secretária como ele tinha. Faziam o que fez. O orçamento que ali tinham, de nove milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e nove euros de receita e despesa. No orçamento que está para aprovar tem menos cinco mil, quatrocentos e noventa e cinco, nas receitas correntes, o que dá zero por cento, dá um valor que não chega a uma décima. No capital ainda conseguiu arranjar setecentos e trinta e nove mil, quinhentos e quarenta euros, ou seja, foi buscar mais cinquenta e dois por cento do que estava previsto inicialmente. A receita passou dos nove milhões, cento e quarenta e um mil, quinhentos e quarenta e quatro euros para os nove milhões oitocentos e setenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e nove euros, mais setecentos e trinta e quatro mil euros, mais oito por cento. Ganhou bem o dia. Depois a despesa não pode ser superior às receitas, mesmo com empréstimos. Algumas “cabecinhas” que andam por aí pensam que os empréstimos resolvem tudo, mas mesmo com empréstimo as despesas não podem ser superiores à receita. O orçamento final ficou, como podiam verificar com despesa corrente, cinco milhões, oitocentos e trinta e seis mil, quatrocentos e quarenta e sete euros. Reduziu

19	184
Livro	Folhas

novecentos e sessenta e oito mil, novecentos e oitenta e dois euros e catorze cêntimos. O capital passou para quatro milhões, trinta e nove mil, cento e quarenta e dois euros. Reduziu, dos projetos que a Câmara Municipal tinha, e falava de ginásios, casas da música, e de muita coisa, cinco milhões, cinquenta e dois por cento, e ficou com quarenta e oito por cento. Quando dizem que o Presidente de Câmara Municipal não é ambicioso e que o orçamento não é ambicioso, é fácil de dizer, porque para quem nunca fez um orçamento é tudo simples. Costuma-se dizer “muito fala quem nunca fez”. Ambição há, vontade de fazer há, não há é o resto. O orçamento ficou, também na receita, com o mesmo. Tem quase seis milhões a menos, e são trinta e oito por cento a menos do que o que estava no primeiro. Mas não é este o orçamento que vão executar, porque vão executar um orçamento muito maior, vai ter mais dois milhões e meio de euros. Este valor vem das obras que tinham lançado concurso público, que tinham mais ou menos dois milhões e meio de euros, que ficou deserto. É a revitalização da Vila – 2.ª fase. Ficou deserto, o dinheiro não se gastou, está disponível e irá ser incorporado, em princípio em fevereiro com uma revisão de orçamento. Esse dinheiro irá para muitas rubricas que estão no orçamento com um euro, e para algumas que tem cem mil euros e precisam de duzentos mil, que tem oitenta mil e precisam de cento e cinquenta mil. Claro que daqueles cinco milhões se cortou no investimento, não irão conseguir colocá-los. Vão conseguir, quanto muito, dois milhões e meio, mas vão ter um orçamento a rondar os doze milhões e meio e não os nove milhões, oitocentos e setenta e cinco, quinhentos e oitenta e nove que estavam a aprovar. Havia muita rubrica que tem um euro, que ficou já aberta para depois ser reforçada com esses dois milhões e meio de euros, da obra que a Câmara não conseguiu consignar, não foi assumido o compromisso, portanto o dinheiro ainda é da Câmara. Como viam não era fácil fazer

um orçamento. Os vereadores, quando lhes disse para porem tudo ficaram contentes, mas depois quando viram os cortes é o que foi mais chato. Houve dezenas de rubricas que tiveram de ser cortadas. As que não foram cortadas foram aquelas onde não se pode cortar: o pessoal, iluminação pública, o gasóleo, as refeições das crianças, um conjunto muito alargado de despesas que a Câmara tem, que são certinhas como a “morte”, e essas são intocáveis e também há muita despesa que a dia dois ou três de janeiro vão ser consignadas logo para o ano todo, o que também amarra o orçamento e tira alguma elasticidade. Acha mal, certas coisas serem consignadas logo para o ano todo, fica o dinheiro logo preso. Deveria ser ao longo do ano. A Câmara tem um mapa, que só lá para junho é que se está a cumprir certas coisas, o que não faz sentido, mas são as regras que tem e tem que saber viver com elas. O orçamento apresentado é um orçamento equilibrado, estão a fazer aquilo que podem fazer com os pés assentes no chão. É um orçamento em que a Câmara tem sete milhões, setecentos e três mil, setecentos e sessenta e oito euros, de receitas correntes e uma despesa de quase dois milhões a menos. Estão com um milhão oitocentos e sessenta e três mil euros, de receita corrente que estão a investir em capital, e que segundo as regras do equilíbrio financeiro podiam gastar, desse valor, um milhão e trezentos mil a mais em despesa corrente, porque uma parte dele tem que ser para pagar os empréstimos. A regra do equilíbrio financeiro diz que as despesas correntes, mais os empréstimos, não podem ser superiores à receita corrente. Cumprem as regras, são ambiciosos q.b., não são mais porque não tem mais dinheiro. Se for preciso poderão fazê-lo durante o ano que vem, pois em onze anos à frente da Câmara, reduziram os endividamentos bancários em seis milhões e meio. Portanto se contraírem um empréstimo de um milhão, quem vem a seguir tem que ter alguma coisa para se entreter. Receber uma casa sem dívidas, não deve ter

19	185
Livro	Folhas

graça nenhuma. À eleita local Fernanda Moura, disse que é o mesmo discurso do ano anterior, não notou diferença nenhuma, que em vez de ser o ano de dois mil e vinte, foi dois mil e vinte e um. No apoio às pessoas, não sabe o que mais podem apoiar. Já apoiam tantas coisas e tanta gente que os candidatos do futuro começam a ter dificuldades em inventar coisas. Já apoiam o terceiro filho, se calhar começa-se a apoiar o filho zero ou o filho um. Até pensava que já apoiavam, com as refeições nas escolas, com transportes, cartão do idoso. Às vezes farta-se de rir com certas publicações no Facebook, a tentar atingir a Câmara, ou então entende assim porque as vezes também e um bocadinho embirrento. “O Concelho x dá desconto nisto” como se fosse uma grande coisa, estão a dizer que dão cinquenta por cento, quando em Ferreira do Zêzere é de borla. Ao eleito local Paulo Rodrigues, disse que estava um bocado indeciso se fazia estradas ou não. Nunca sabe se querem ou não estradas, parece que se for em ano de eleições é mau, fora desses anos já é bom. Não percebe. É tardio, mas foram fazendo dentro daquilo que conseguiam fazer. Não conseguem fazer tudo ao mesmo tempo e, os programas eleitorais, por estranho que pareça, são feitos para quatro anos, e se calhar, se for comparar os seus programas eleitorais com os dos governos todos, se calhar o de Ferreira do Zêzere tem uma taxa de execução, pelo menos de medidas cumpridas superior a muitos outros, e com endividamentos mais baixos. É muito mais fácil fazer estando na oposição, pelos vistos, porque estando no lugar que ocupa, é complicado. Gostava de fazer mais coisas, de ter mais dinheiro, e ninguém gosta mais de fazer coisas do que o Presidente da Câmara, e que ninguém tenha dúvidas disso. Pessoalmente gosta de as fazer e de as pagar. Felizmente a legislação já vai nesse caminho, embora já haja umas tentativas para começar a desvirtuar a legislação, e começar a deixar outra vez endividamento, e se já estão mal, qualquer dia estão todos ainda pior. Outro dia até

ficou assustado quando viu Lisboa a pagar a um dia, pensando que era maluco por andar a pagar a zero dias, afinal o Medina está quase lá a chegar também. Há por aí mais uns malucos que já pagam a zero, e outros a tentar chegar lá. Se calhar o Presidente da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere não é assim tão louco quanto isso. Em relação ao orçamento pensa que não há mais nada a dizer, acredita que não há nada que diga que os faça mudar de opinião pois o sentido de voto está definido. Esclareceu aquilo que podia. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria e em minuta, com catorze votos a favor, sendo dez da bancada do PPD/PSD, dois da bancada do PS, um da bancada CDS.PP.NC: Nós Ferreirenses e um da bancada +FZZ, zero votos contra e oito abstenções, sendo sete da bancada do PS e uma da bancada CDS.PP.NC: Nós Ferreirenses, aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021. -----

**7.- Apreciação e votação do Mapa de Pessoal e respetiva caracterização dos postos de trabalho e competências para o ano de 2021, conforme alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria e em minuta, com doze votos a favor, sendo dez do PPD/PSD, um do PS e um do +FZZ, zero votos contra e dez abstenções, sendo oito do PS, e dois do CDS PP.NC: Nós Ferreirenses. -----

**8.- Apreciação e votação da proposta de redução das Taxas para construção de novas moradias unifamiliares e reconstrução/reabilitação de moradias unifamiliares relativo à Tabela de Taxas Municipais 2021, nos termos do n.º 2,**



do art.º 16 da Lei n.º 73/2013, de 03/09, na sua atual redação e da alínea b), n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a redução de 25% das taxas para construção de novas moradias unifamiliares, e redução de 50% das taxas para reconstrução/reabilitação de moradias unifamiliares, relativo à Tabela de Taxas Municipais 2021. -----

**9.- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal da prescrição do direito ao recebimento do preço pelos serviços prestados relativos a fornecimento de água, recolha e tratamento de águas residuais e serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos, de acordo com as listagens apresentadas, uma vez que o prazo de prescrição é de 6 meses, nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea c) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----**

A eleita local Elisabete Pereira interveio fazendo o enquadramento deste ponto. Começou por referir que todos sabiam que o executivo da Câmara Municipal é sobejamente conhecido pelo seu bom empenho financeiro, também vem sendo cada vez mais conhecido pelo seu permanente autoelogio ao seu bom empenho financeiro. Quanto a isso nada contra, se os enaltecimentos ao próprio trabalho não merecem censura se corresponderem a um trabalho efetivamente bem feito. Só há um problema se tiverem razões para crer que às vezes, ou muitas vezes, esse trabalho não é bem feito, e para que não venham a ficar conhecidos como aqueles que gostam um bocadinho de ser enganados, pediu para olharem bem para o que ali estava em causa e perceber, com toda a transparência o que é que aconteceu ali. O contexto era aquele, tentando resumir: a prescrição de dívidas fiscais é de

conhecimento oficioso no processo da execução fiscal, e não fora dele. As dívidas que estavam ali não estavam nem nunca estiveram em execução fiscal, pelo que lhes era dado a conhecer. Mesmo assim, admitindo que a autarquia tinha aquele poder para fazer, enfim, desaparecer por prescrição auto invocada contra si mesma, aquelas dívidas, e iam tentar perceber que exemplo, por razões de ordem pública isto pode acontecer, com uma nota. É uma situação absolutamente excecional, qualquer dívida só prescreve, só prescreve, quando o interessado invoca a prescrição. Tem uma dívida, a Câmara esquece-se de cobrar e vem dizer que como se esqueceram, não paga. Isto é o normal. Nas dívidas fiscais pode acontecer efetivamente, em execução fiscal, o credor dizer, “dou esta dívida por prescrita” o que equivale a um perdão de dívida. No caso da Câmara Municipal só por razões de ordem pública, mas as razões de ordem pública, que ali possam existir, e a seu ver não existem, mas isso é outra questão, tem sempre de respeitar o Procedimento Administrativo. Todos os atos da administração pública obviamente obedecem ao princípio da legalidade, do interesse público. Todos sabemos isso, mas muito mais importante que isso é o princípio da igualdade e da proporcionalidade, porque nas relações com os particulares, a Administração Pública tem de reger-se pelo princípio da igualdade, não pode privilegiar, beneficiar, prejudicar, privar de qualquer direito, isentar de qualquer dever qualquer cidadão, por qualquer razão que seja, e tem de tratar todos de forma justa e imparcial. O que ali estava em causa não era perdoar, ou não perdoar uma dívida. O que estava em causa era porque é que alguns Ferreirenses têm de pagar água e saneamento e outros não. Era aquilo que se tinham que perceber. Todas as decisões administrativas, tem de ser fundamentadas, e aquela não era exceção. Precisavam saber quais as razões, de facto e de direito, que levam a Câmara Municipal a entender, assumir, que está tudo perdido por prescrição auto

invocada. E ressalvado por devido respeito, não encontrou bastante fundamentação na informação que foi dada aos membros da Assembleia. Acha que podiam lançar mão de critério de insuficiência económica, por exemplo. Digam-lhes qual a equação que aplicam, digam-lhes qual é a fórmula, e a Assembleia delibera se essa fórmula é adequada ou não para fazer perdoar aquelas dívidas. Um critério de prémio para os devedores primários, aqueles que não tem histórico de dívidas, perdoa-se a primeira dívida. Também não foi isso que aconteceu. Podiam aplicar um critério de valor, todos aqueles que até determinado montante não pagaram, sim senhor vai-se perdoar, há mais de seis meses. Também não aconteceu ali. Nada daquilo acontece naquela situação. O que acontece ali é que a Câmara não cumpriu um dever de cobrança, e gostariam de saber porquê. Sabe que não fez as coisas bem, e vem perdoar dívidas quer a pessoas singulares, quer a pessoas coletivas, quer a quem deve cinco euros, quer a quem deve novecentos euros, a quem precisa, a quem sabem que não precisa, porque os nomes estão ali e conhecem-nos. Sabem quando as pessoas não pagam porque não querem pagar. Têm todos o direito de saber porque é que alguns pagam e outros não pagam. Não vai inviabilizar aquela prescrição, mas gostava que a Câmara dissesse se houve ou não houve um erro nestas cobranças, uma vez que o Sr. ° Presidente tinha acabado de dizer, e que quase lhe tirou as palavras da boca, que cada vez que alguém não paga, onera os outros. É matemática simples. Por isso é que os erros não podem ser branqueados, e não podem fingir que não aconteceu nada. O Presidente da Câmara também já usou muitas vezes na Assembleia uma expressão que até gosta bastante que é: “á mulher de César não basta sê-lo, é preciso parece-lo” e concorda, mas ali não parece, não parece mesmo nada. -----

O Presidente da Câmara Municipal em resposta referiu que não estavam ali a esconder nada, tem o nome das pessoas, pessoalmente conhece alguns, não conhece todos. Porque não pagaram? Alguns não faz ideia, outros tem ideia, mas já era tarde para tentar perceber e tentar enquadrar noutra situação. A Câmara propôs, nos termos da lei, nos termos do art.º 25, n.º 1 da alínea c) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, que aqueles valores sejam anulados. É claro que houve ali, manifestamente, um mau funcionamento da Câmara Municipal, e ninguém estava ali a escamotear isso. Estavam ali dívidas desde dois mil e quatro até dois mil e treze, dois mil e catorze, altura em que foi possível pôr a funcionar um sistema de gestão de processos de execução fiscal, pelo não pagamento. Fazer aquilo manualmente, e com seis mil faturas por mês, foram tentando, mas não deu resultado. A partir do momento que se pôs a funcionar o sistema não aparecem valores. É um processo muito evolutivo, nada que já não se tenha feito. Aquele perdão de dívida já foi feito uma vez há muitos anos atrás e acontece em todas as Câmaras, acontece no Estado. No Estado infelizmente é aos milhões. A Brisa não pagou cento e vinte e cinco milhões, foi difícil cobrar, mas para a Câmara Municipal parece que tem de ser tudo fácil de cobrar. as Finanças também não cobram algum IMI porque não conseguem, e há muitas dificuldades em conseguir cobrar. Com a aquisição do Software e o normal funcionamento dele conseguiram extinguir isso. Foi algo que preocupava a Câmara e que se conseguiu fazer cessar. Não são perfeitos, mas tentam sempre fazer um caminho para melhorar e foi isso que fizeram. De dois mil e catorze para a frente as coisas entraram nos eixos. Convinha referir, pois parecia que estavam a fazer um crime de lesa pátria às finanças da Câmara. Sabe que ninguém fez as contas, mas perguntou qual era a percentagem que estavam a perdoar do volume faturado. Eram vinte e cinco mil euros, que fazem falta e que davam jeito. Alguém vai pedir alguma

19	188
Livro	Folhas

coisa e o Presidente vai dizer que não, pois faz falta para outras coisas. O que estava ali em causa, pois fez a conta dos anos em que tem dívidas e, faz por baixo, era a percentagem estonteante de zero vírgula zero cinco por cento do que se faturou em águas, saneamento e em resíduos sólidos. Para terem uma ideia no negócio da água, dos resíduos e do saneamento de dois mil e quatro a dois mil e treze, fazendo quatrocentos mil euros, quinhentos mil por ano, naqueles anos todos são pelo menos cinco milhões, vinte e cinco mil euros, o que dava aquela percentagem. O ideal era ser zero, mas também zero nunca será, porque há sempre quem não paga e também não acredita que a maior parte das pessoas, porque as pessoas são distraídas, alguns não pagaram por isso, outros não pagaram por maldade, utilizaram e não pagaram. Quando fossem pedir o dinheiro todos iam invocar o prazo da prescrição. Os portugueses são muito bem informados, especialmente no que tem haver com este tipo de coisas. A Câmara já não tem as águas, portanto estava na altura certa de limparem, arrumarem a casa, pois não faz sentido os valores andarem pendurados. Era preciso assumir que era dinheiro que se ia deixar de receber. Se não quisesse que lhe tivessem colocado aquelas questões tinha deixado ficar e quem viesse a seguir que se desenrascasse, mas como não gosta de deixar presentes envenenados, ali estava a dar a cara. -----

Colocada à votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria e em minuta, com vinte votos a favor, sendo dez da bancada do PPD/PSD, sete da bancada do PS, dois da bancada do CDS.PP.NC: Nós Ferreirenses e um da bancada +FZZ, zero votos contra e duas abstenções da bancada do PS, aprovar a prescrição do direito ao recebimento do preço pelos serviços prestados relativos a fornecimento de água, recolha e tratamento de águas residuais e serviços de gestão de resíduos sólidos

urbanos, de acordo com as listagens apresentadas, uma vez que o prazo de prescrição é de seis meses. -----

**10.- Apreciação e votação sob proposta da Câmara Municipal relativa à taxa reduzida da Derrama 0.1% no ano de 2021, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea c), in fine, do n.º 1 e alínea d) do n.º 1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 1, do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação. -----**

O Presidente da Câmara Municipal solicitou o uso da palavra para esclarecer que já tinham provaram aquele este ano, já tinham aprovado a derrama para empresas, com faturações acima de cento e cinquenta mil euros, meio por cento e as outras zero por cento. O que aconteceu, quando foram para carregar no sistema, este não deixou. Zero por cento é considerado uma isenção, e isso só é possível criando um regulamento para fazer o devido enquadramento. Vai ter que fazer o regulamento para o próximo ano, mas para este ano não deu tempo, porque foram apanhados em cima do acontecimento porque aprovaram em vinte e cinco de setembro as taxas, foram ao site para carregar e não deu, e não se faz um regulamento neste curto espaço de tempo. A solução passa por colocar um valor meramente residual, ainda pensaram por zero vírgula zero um, mas ia dar mais chatices do que outra coisa, porque zero vírgula zero um de derrama numa empresa que fatura menos de cento e cinquenta mil euros, o lucro dessas empresas tende a ser relativamente baixos, calculados a zero vírgula zero um da derrama ir dar uns centimos que iria criar dificuldades se calhar até carregar nalguns softwares que conhece para se submeter as declarações do Mod. 22. Zero vírgula um, irá dar também euros, ou até centimos em alguns casos, e espera que não dê chatices a ninguém a carregar o Mod. 22, mas é o valor que mais facilmente dá um euro ou dois de derrama a pagar e não vai

levantar problemas e alertas no sistema. Para o ano que vem, vão trabalhar na criação do regulamento que permita ter a taxa zero para as empresas que faturem até cento e cinquenta mil euros, como sempre se tiveram, como taxa reduzida, e sem ser considerado uma invenção. Ou aprovam zero vírgula cinco por cento para todos, ou tem uma taxa mais baixa zero vírgula um por cento, e não irá ninguém ficar prejudicado por pagar dois ou três euros de derrama, pois acredita que não será muito mais que isso que estará em causa na maior parte dos casos. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a taxa reduzida da Derrama 0,1% (zero vírgula um por cento) no ano de 2021, para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000€. -----

**11.- Compromissos Plurianuais:-----**

**11a) Apreciação dos compromissos plurianuais (quadro 1) efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 3 de novembro de 2017, conforme n.º 1 do art.º 6 da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro. -----**

Tomaram conhecimento. -----

**11b) Apreciação e votação do pedido de autorização prévia para a Empreitada de Requalificação do Espaço Público em Ferreira do Zêzere – 2.ª Fase - Lote 1 e Lote 2 (quadro em anexo), conforme n.º 1 do art.º 6 da lei 8/2012, de 21 de fevereiro. -----**

O Presidente da Câmara solicitou o uso da sua palavra e referiu que este ponto esta relacionado com aquelas obras que tinham lançado e que não houve nenhum concorrente. Tiveram que redefinir a estratégia, tiveram que subir-se o valor. Tinham os cinco lotes, por dois milhões e meio de euros, e vão lançar de forma escalonada os cinco lotes com três milhões de euros de base. Tiveram que subir

meio milhão de euros para ver se os empreiteiros vêm a jogo. Um pelo menos disse que analisou bem e que não conseguia fazer a obra por aqueles valores, porque a mão de obra subiu muito, há pouco pessoal e que não conseguem arranjar trabalhadores para fazer a obra com aquele preço. Também pediu para colocarem mais prazo para fazerem as obras com mais dois meses por lote, porque ninguém conseguia fazer aquelas obras em tão pouco tempo, e assim fizeram. Reformularam os cronogramas de execução, colocaram mais dinheiro para dar mais hipótese ao mercado de respirar e de funcionar em vez de se lançarem os cinco lotes ao mesmo tempo, como se fizeram desta vez, que obriga a ir a jogo a cinco lotes, vão lançar, na primeira fase, que era o que estava ali, o lote um e o lote dois, que são o lote que vem da casa do Presidente da Junta Pedro Alberto, onde vai ser feita uma rotunda, Fonte Ferreira, Rua de S. Miguel. Depois na mesma rotunda para cima, Rua Eduardo da Mota. Fica para a segunda fase as transversais da Eduardo da Mota e para uma terceira fase a Brigadeiro Lino Valente, que é a que menos precisa. O que querem lá fazer é dar-lhe qualidade para os peões, alargar passeios, criar medidas de acalmia de tráfego. Mas como funciona, está boa e não está feia, vai ser a última a ser lançada, para não estarem a colocar mais uma obra em cima das outras que efetivamente precisam. Portanto a Rua de Santo António, Rua Luís Vaz de Camões, a Rua do Campo da Bola, a Rua Eduardo Mota que estão todas escaqueiradas, que necessitam de uma intervenção rápida. A Rua Brigadeiro Lino Valente, se esperar mais um ano, não vem mal ao mundo. Precisam, para não terem chatices junto do Tribunal de Contas, que a obra seja considerada plurianual. Tem um cronograma financeiro ou de execução da obra, em que uma delas está só a começar em dois mil e vinte e dois, mas foi um lapso dos serviços técnicos. É um cenário que pode vir a acontecer. A ideia é, e tem de ser, lançar as duas ao mesmo tempo, a começarem no



mesmo dia, e o cenário apresentado é, caso seja a mesma empresa vir a ganhar a obra. Pode acontecer a mesma empresa ganhar os dois lotes e aí, eles têm direito, se quiserem, prolongar o prazo sendo esse o cenário. Espera que não venha a acontecer, que seja ganho por cada um por sua empresa para ser mais fácil fazer. O que se pretende é que a obra seja aprovada para ser plurianual, para não se terem problemas para o caso dela deslizar eventualmente para o ano de dois mil e vinte e dois e esta situação é uma certeza pois, a primeira está prevista começar em junho, ou as duas começarem em junho, irá sempre acabar em dois mil e vinte e dois, porque tem revisão de preços, e terão que ser sempre consideradas plurianuais e assim não se corre o risco de o Tribunal de Contas vir chatear. As outras quando vierem á Assembleia, em fevereiro, será também com esse pedido formal para serem plurianuais. A ideia de lançar aquelas duas em janeiro, e em março tentar lançar as outras duas. Vão ver primeiro qual é o resultado do concurso, e se o mercado funcionar bem, lançar logo as outras para conseguirem ir executando. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de autorização prévia de assunção de compromissos para a Empreitada de Requalificação do Espaço Público em Ferreira do Zêzere – 2ª Fase – Lote 1 e Lote 2.

**12.- Apreciação dos apoios/auxílios (financeiros e não financeiros) concedidos às freguesias, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 6 da proposta de concessão de apoio às freguesias aprovada pela Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 27 de abril de 2018. -----**

Tomaram conhecimento. -----

E não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a sessão, pelas vinte e

